

# **Racismo implícito: um olhar para a educação infantil**

**Flávia Carolina da Silva**

Graduanda em Pedagogia  
Universidade Federal do Paraná  
flavia1140@gmail.com

**Karina Inês Paludo**

Mestranda em Educação  
Universidade Federal do Paraná  
karina\_paludo@hotmail.com

## **Resumo**

Nenhum segmento da sociedade está isento do racismo, ele está inclusive, de maneira implícita, no ambiente escolar. Sabe-se que a responsabilidade de combater a discriminação racial não é somente da escola, mas da sociedade com um todo. Entretanto, como cabe às instituições educacionais formar e orientar os sujeitos, as escolas precisam munir-se de estratégias a fim de contribuir no sentido de minimizar os efeitos do racismo. Diante desse contexto, apresentar-se-á, nesta oportunidade, o presente trabalho pautado na investigação das questões étnico-raciais no contexto escolar, a partir da análise de práticas pedagógicas com o intuito de averiguar se as questões étnico-raciais, sobretudo, práticas de racismo, preconceito e discriminação racial são abordadas no trabalho pedagógico e de que forma. Para tanto, articular-se-á pesquisa bibliográfica, por meio de livros, artigos científicos e legislação, e pesquisa empírica, em uma turma de Educação Infantil de uma escola municipal brasileira, através de observação e entrevistas com educadores e alunos. Averigua-se que, as questões raciais não são trabalhadas na escola de maneira adequada. Assim, a ausência e o silêncio na esfera escolar levam a concluir que o racismo encontrado na instituição é camuflado, isto é, está implícito. A fim de minimizá-lo, faz-se necessário que a escola atente para suas práticas, comprometendo-se com a diversidade.

Palavras-chave: Educação Infantil; Racismo; Escola

## 1. Introdução

O racismo consiste na discriminação de pessoas, baseado em características fenotípicas, justificando a superioridade de uma raça sobre a outra. Sua construção derivou-se das teorias evolucionistas do século XIX, que influenciaram diversas áreas do conhecimento, como, por exemplo, a Biologia e as Ciências Sociais, teorias estas que defendiam a existência de raças diferentes, menosprezando assim aos negros e valorizando os brancos europeus (CAVALLEIRO, 2007). Não há indícios científicos que justifiquem a discriminação, concordando com Silva (2008, p. 65), pode-se dizer que “a idéia de raças humanas e as bases sociais do racismo foram historicamente criadas e difundidas, com objetivos políticos bem determinados, mas carecem de fundamentos científicos”. No Brasil, de acordo este mesmo autor, as ideias e teorias que fundamentam o racismo, foram trazidas e traduzidas no século XIX. Esse ideário sustentara a ideia de que o baixo desenvolvimento do país era resultado da miscigenação, fundamentando assim o princípio eugênico de que uma raça pura como a branca não poderia misturar-se com “raças inferiores”, como a dos negros e indígenas.

Tem-se, assim, o “racismo à brasileira” que se fundamenta na “doutrina do branqueamento”, em que há a presença de um ideal branco, no qual, acredita-se que o impacto da “inferioridade” da raça negra poderá ser minimizado com a miscigenação, “à medida que os traços fenotípicos deixassem de ser tão marcados”. Portanto, quanto mais preto o indivíduo for, mais propício ele está de sofrer com o racismo, enquanto uma pessoa que é parda (aparentemente mais clara) e não possui seus traços negroides tão marcados, certamente sofrerá menos preconceito, poderá inclusive, ser considerada (socialmente) branca, podendo estar imune do preconceito. Cabe ressaltar que, os termos “preto” e “pardo”, ora utilizados neste estudo, são empregados com o intuito de identificar os indivíduos, já que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, S.D), há cinco categorias para a classificação racial do cidadão brasileiro, sendo elas: preto, pardo, branco, indígena e amarelo, no qual pretos e pardos compõem o grupo dos negros. Contudo, usar tais termos com a finalidade de destratar, ofender e/ou ferir um cidadão, configura uma prática de racismo, podendo ser penalizado. Deste modo, utilizar-se-á nesta oportunidade o termo “negro” para referir-se a pretos e pardos.

A “doutrina do branqueamento” remete à tonalidade da cor de pele, quanto mais escuro o sujeito mais vítima do preconceito será, quanto mais claro, menos preconceito, já que “as características fenotípicas se relaciona com conceito de ‘preconceito racial de marca’” (SILVA, 2008, p. 68). O racismo de marca, presente no Brasil, consiste na discriminação baseando-se na tonalidade da cor de pele do indivíduo, não levando em consideração sua origem/descendência

Faz-se oportuno ressaltar que, o uso do termo ‘raça’, ainda que este biologicamente errado, é empregado por ser considerado “politicamente correto”, por ter o intuito de reivindicar a “identidade, por parte de segmentos da população negra” (SANTOS, 2001, p. 98).

O racismo pode caracterizar-se de maneira implícita ou explícita, no qual nenhum segmento social está isento. O racismo explícito consiste nas ofensas verbalizadas e/ou ações de discriminações. Como exemplo, pode-se citar o fato de um indivíduo humilhar verbalmente um cidadão negro. Devido à legislação brasileira, que condenam tais

práticas, o racismo explícito tem acontecido em menor proporção quando comparado com o racismo implícito. A discriminação implícita é a mais comum, pois aparece sutilmente de maneira subjetiva, sendo mais difícil seu combate por ser muitas vezes imperceptível.

Como em qualquer instituição social, a escola também abarca atitudes racistas, que por ora, tem contribuído para reprodução destas por meio de suas práticas. Diante desse contexto, pretende-se nesta oportunidade, analisar como as questões étnico-raciais têm sido abordadas no contexto escolar e se as práticas pedagógicas têm favorecido para manutenção ou combate do racismo.

## 2. Desenvolvimento

Sant'Ana (2005) afirma que o racismo expressa um fenômeno ideológico que se materializa através das discriminações, encontrada nas diferentes organizações sociais, inclusive nas instituições escolares, presente entre estudantes, professores, direção da instituição e livros didáticos. Deste modo, a escola não pode isentar-se de trabalhar as questões raciais, visto que, cabe a ela formar cidadãos antirracistas (LOPES, 2005).

Para Lopes (2005), a escola deve estar comprometida com projetos que visem mudança nas atitudes dos alunos em relação ao combate do racismo. Assim, a escola irá “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça [...] e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 2009, pg. 9).

Acredita-se que, uma maneira de combater o racismo é através do conhecimento e formação acerca das questões étnico-raciais, pois, permitirá que os sujeitos desencadeiem respeito entre as pessoas, independente de suas características e origens. Deste modo, o trabalho pedagógico com questões étnico-raciais é importante para auxiliar os educandos a compreender que a diferença entre indivíduos, povos e nações é saudável e enriquecedora. Nesse sentido, na elaboração das propostas didáticas, a escola precisa considerar

a diversidade de classe, sexo, idade, raça, cultura, crenças, etc., presentes na vida da escola e pensar (e repensar) o currículo e os conteúdos escolares a partir dessa realidade tão diversa. A construção de práticas democráticas e não preconceituosas implica o reconhecimento do direito à diferença, e isso inclui as diferenças raciais (GOMES, 2001, p. 87).

Para Gomes (2001), os estudos devem iniciar-se entre o professorado. A discussão sobre as questões étnico-raciais, a importância assim como o porquê de se trabalhar com elas, devem ficar bem definidas e compreendidas entre os educadores e funcionários da escola. É necessário que os professores adquiram conhecimentos em relação à cultura e tradição africana no Brasil, para estarem embasados no decorrer do trabalho pedagógico com a referida temática, para que não venham a reproduzir ideias equivocadas e preconceituosas.

A preocupação com uma escola comprometida com a cidadania e diversidade não é recente, já que desde os anos 70, se apontara para

uma ausência de registros da nossa História social, o processo de leitura etnocêntrica e eurocêntrica da História sistematicamente difundido pela escola brasileira, a desvalorização constante de formas de manifestação da nossa alteridade, de aspectos diversos de nossas culturas e raízes (SILVA, 2008, p 150).

Deste modo, é gestado, pelo deputado federal Abdias do Nascimento, o projeto de lei nº 1.332 de 1983, com o objetivo de implantar políticas compensatórias baseadas em princípios de igualdade social do negro (BRASIL, 2003). Este documento determinava que os diferentes níveis da educação modificassem seus currículos, com a finalidade de incluir conteúdos de história brasileira e o ensino das contribuições positivas não só dos africanos, mas também de seus descendentes, para toda a civilização brasileira, assim como sobre a resistência contra a escravidão e as lutas contra o racismo no período pós-abolicionista.

Neste mesmo raciocínio, em 2003, é implantada a lei nº 10.639, que de acordo com Rocha (2011), altera dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, determinando que todas as etapas da educação trabalhem com as questões raciais, enfatizando a necessidade de se valorizar a cultura afro desde a Educação Infantil, respeitando suas especificidades.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

§ 2º Os conteúdos referente à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003) (OLIVEIRA; ADRIÃO, 2007, p. 152).

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como o ‘Dia Nacional da Consciência Negra’. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003) (OLIVEIRA; ADRIÃO, 2007, p. 162).

Segundo a lei referida, o ensino da história e da cultura Afro-Brasileira deve ser incluído obrigatoriamente no currículo da educação básica de instituições públicas e privadas. De acordo com o mesmo documento, o calendário escolar deve incluir o dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”. Vale ressaltar que, esta inclusão não deve acontecer no sentido de folclorizar esta data, isto é, tratar da cultura e história do negro somente neste dia, mas durante todo o ano letivo. O ensino da história e da cultura deve não só estar incluído no currículo escolar, mas também ser trabalhado de maneira subjetiva, como por exemplo, colocar figuras das diversas etnias, quando for colocar figura de pessoas, ou incluir em seu acervo bibliográfico livros que contenham positivamente da história africana e/ou personagens negros não estereotipados. Assim, a

escola estará demonstrando o cuidado e o comprometimento com a diversidade. A “Lei 10.639/03 pode constituir-se como uma ferramenta importante para o combate ao racismo, e conseqüentemente, para a superação do quadro de desigualdades raciais e sociais presente na sociedade brasileira” (ROCHA, 2011, p. 37).

Para se obter resultados positivos em relação às questões étnico-raciais, os trabalhos precisam ser iniciados na educação infantil, a fim de se evitar a formação de cidadãos preconceituosos, já que se parte da premissa de que o sujeito não nasce racista, mas se, torna. Por isso, a importância em ensinar a criança a ser antirracista é fundamental para se ter uma sociedade mais respeitosa e comprometida com a diversidade.

Em relação à formação dos alunos negros e não negros, Gonçalves (1987, p. 27) aponta que os pequenos afro-descendentes são retratados de maneira negativa nos textos escolares, o que resulta em efeitos psicológicos negativos na criança negra. A discriminação está também nas histórias infantis, pois, os personagens são, em geral, representados por brancos. Este fato “impõem às crianças negras um ideal de ego branco”. Ao se deparar com um personagem negro em um livro de literatura, por exemplo, em sua maioria eles são pobres ou miseráveis e desempenham papéis sociais de baixo prestígio e estereotipados, na medida em que apresentam “atributos negativos, [com] ausência de nome e qualquer referência a atividades ou características positivas” (SILVA, 2008, p. 30). Esses fenômenos podem se prejudiciais para o desenvolvimento das crianças negras, já que,

[...] imagens estereotipadas induz a criança negra a inibir suas potencialidades, limitar suas aspirações profissionais e humanas e bloquear o pleno desenvolvimento de sua identidade racial. Cristaliza-se uma imagem mental padronizada que diminui, exclui, sub-representa e estigmatiza o povo negro, impedindo a valoração positiva da diversidade étnico-racial, bloqueando o surgimento de um espírito de respeito mútuo entre negros e brancos e comprometendo a idéia de universalidade da cidadania (ROCHA, 2011, p.36).

Partindo da legislação implantada bem como da atribuição à escola de abordar as questões étnico-raciais, explanar-se-á, a seguir, acerca da pesquisa empírica realizada em uma turma de educação infantil de uma escola brasileira.

## **2.1. Pesquisa empírica: averiguações e constatações teóricas**

A fim de organizar e esquematizar a pesquisa empírica partiu-se de levantamentos preliminares junto à Secretaria Municipal de Educação, com o intuito de levantar dados que norteassem a escolha da unidade escolar a ser pesquisada. Com a escola definida, o trabalho encaminhou-se para solicitação de autorização para realizar a pesquisa junto às crianças bem como com os profissionais envolvidos, assegurando, o sigilo quanto à identificação de todos. Com as devidas autorizações, iniciaram-se as observações na escola, totalizando 108 horas.

Assim, a pesquisa empírica contou com observações em uma sala de aula e entrevista com a professora regente, estagiária e com os alunos negros matriculados nesta turma. Na observação procurou-se identificar os encaminhamentos pedagógicos, metodológicos e rotina com os alunos. As entrevistas com a professora e a estagiária tiveram como premissa conhecer a formação das mesmas, além de, sua posição quanto às questões étnico-raciais no desenvolvimento do trabalho educativo.

A partir dos traços negróides, identificou-se três alunos negros: Gean, Henrique e Marcos (nomes fictícios). Como a identificação traz riscos – da real identidade das crianças, tendo em vista que uma criança pode ser considerada socialmente branca, mas possuir descendência afro, buscou-se a confirmação através de outros meios. Quanto a Gean, conseguiu-se confirmar através de uma fotografia fixada em um caderno, mas em relação aos outros dois meninos, isso não foi possível. Resolveu-se então, organizar uma conversa com o intuito de confirmar a descendência dos dois alunos cuja identidade étnica trazia dúvidas. No dia da entrevista, somente Henrique esteve presente, sendo, então, confirmada sua negritude. As observações foram feitas em uma turma de educação infantil (figura 1), com vinte e quatro alunos, deste número oito meninas e dezesseis meninos.



Figura 1 – Sala de Educação Infantil

A sala conta com um espelho, armários para brinquedos e materiais diversos, um tapete emborrachado grande e uma estante com alguns livros. Entre as observações do espaço físico e dos murais da sala e da escola, um fato chamou a atenção. As figuras das placas de identificação das portas das salas eram um balão com um menino e uma menina como observado na figura 2. Logo abaixo, era escrito o nome da turma indicando, na parte inferior do desenho, o que há detrás da porta, se é secretaria, cozinha, diretoria, entre outros. Observou-se que todos os bonecos são brancos, não havendo personagens de outras etnias para indicar a diversidade.





Figura 2 – Placa de identificação da porta da sala

Observou-se também, que as figuras fixadas no quadro de giz, utilizada para colocar o número total de alunos da sala, conforme indica a figura 3, não sugeriam a diversidade.



Figura 3 – Desenho fixado no quadro de giz

Uma das atividades pedagógicas das crianças é o momento da leitura, realizado diariamente, por determinação do Núcleo de Educação, de acordo com a docente. A

professora utiliza diversos recursos para que o momento seja prazeroso. Quando questionada sobre o momento da leitura, a mesma descreveu a seguinte programação: na segunda-feira, faz-se uso de uma “caixa mágica” para contar histórias; na terça-feira, usa-se um adereço; na quarta-feira, lê-se um livro para as crianças; na quinta-feira, é seu dia de permanência, este é um dia em que a professora faz seu planejamento de aula no qual professoras de artes e educação física entram em sala para substituí-la; e na sexta-feira, livros são disponibilizados para que os alunos manuseiem. Em todas as histórias observadas contadas pela professora, em nenhuma delas houve a presença de um personagem negro.

Como foi dito anteriormente, a ausência de personagens negros na literatura infanto-juvenil pode desencadear nas crianças não brancas um ego branco. Observou-se na turma investigada que os alunos eram oriundos de diversas etnias, configurando uma grande relevância em se abordar questões raciais (mas independente da origem étnica dos educandos os trabalhos pedagógicos devem abordar a diversidade, para que o respeito entre as raças seja desencadeado). A valorização das questões étnico-raciais se faz como um procedimento que ajudará as crianças a se afirmarem e não terem problemas com sua identidade, tendo em vista que elas estão em período de formação.

A partir da pesquisa empírica observou-se que o racismo implícito está inerente ao contexto escolar. Este foi visualizado por meio de representações simbólicas, por exemplo, as figuras das placas das portas, das figuras dentro e fora de sala, da ausência de personagens negros nos livros, do silêncio das profissionais (em relação às questões raciais) e na ausência de se trabalhar com a diversidade.

É importante para a construção da identidade das crianças negras e não-negras a escola disponibilizar, em seus murais, cartazes informativos e decorativos personagens de diversas etnias, essas são medidas simples que podem ser tomadas, que culminarão em impactos positivos no desenvolvimento de todos os alunos. É evidente que, não se pode “colocar na escola toda a responsabilidade da superação do racismo” (ROCHA, 2011, p.33), entretanto a instituição escolar é um ambiente profícuo e necessário para se abordar as questões étnico-raciais no sentido de formar cidadãos sensíveis à diversidade.

### **3. Considerações finais**

No momento em que as questões étnicas são trabalhadas dentro da sala de aula, os saberes das crianças são ampliados. Elas aprenderão, desde muito cedo, que a prática da discriminação e/ ou o racismo é incorreto e fere o direito do seu próximo. Não basta os professores terem consciência da importância de trabalhar a questão étnico-racial na escola, é preciso que estes, tenham formação para melhor desenvolver seu trabalho.

A ausência de se trabalhar as questões raciais contribui para solidificar o racismo implícito. Medidas simples como usar personagens negros, disponibilizar figuras/imagens de afro-descendentes, entre outras, não podem ser despercebidas por uma escola que esteja comprometida com a diversidade.



Certamente, a escola não poderá agir sozinha, para isso é importante que os profissionais recebam orientação e instruções de como desenvolver trabalhos étnicos respeitando as especificidades de seus alunos. Essas orientações precisam ser incluídas em documentos orientadores para professores e nos cursos de formação.

É imprescindível um trabalho pedagógico comprometido com a cidadania e respeito por todos os cidadãos visando o combate ao racismo e à discriminação. A instituição que trabalhar tais questões de maneira coerente desenvolverá junto aos alunos a valorização dos sujeitos, povos e nações, no qual os educandos aprenderão que independentemente das diferenças, todos possuem direito para usufruir e ter acesso aos bens e serviços na sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**: atualizada em 2009. Editora Escala, São Paulo, 2009.

BRASIL, Lei n. 10.639. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

CAVALLEIRO, E.S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. Contexto, São Paulo, 2007.

GOMES, N. L. Educação do cidadão, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, E. (org). **Racismo e anti-racismo na educação**. Selo Negro, São Paulo, 2011.

GONÇALVEZ, L.A.O. Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, n.63, p. 27-29, novembro, 1987. IBGE. **Conceitos**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em 19 ago. 2011.

LOPES, V. N. Racismo, preconceito e discriminação. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.185-200.

OLIVEIRA, R. P. O.; ARIÃO, T. (Org.). **Organização do ensino no Brasil**. Xamã, São Paulo, 2007.

ROCHA, L.C.P. Política Educacional e a Lei 10.639/03: uma reflexão sobre a necessidade de superação de mecanismos ideológicos legitimadores do quando de desigualdades raciais e sócias na sociedade brasileira. In: COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinicius Baptista (Org.). **Notas de história e cultura afro-brasileira**. Editora UEPG, Ponta Grossa, 2011.

SANTOS, I A.A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**. Selo Negro, São Paulo, 2001.

SANT'ANA, A.O. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-68.

SILVA, P. V. B. **Racimo em livros didáticos**: estudo sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.